

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS - IAB

Comissão de Direito Financeiro e Tributário



Parecer: Projeto de Lei nº 291 de 2013

Parecer aprovado por
unanimidade
na reunião realizada
em 12/05/18
Presidente da CDFT

Referência: Indicação nº 040/2013
(Projeto de Lei nº 292 - Câmara dos Deputados)

Relator: Nilson Vieira F. de Mello Jr.

Referência: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados Lei nº 291/2013, de autoria do Deputado Jefferson Campos (PSB/SP), que altera o art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, a fim de permitir a adesão de empresas de jornalismo e produção literária ao Simples Nacional.

Prezados Presidente e Membros desta Comissão,

Controle preliminar

O referido Projeto de Lei, embora datado de 2013, segue tramitando na Câmara em "regime de urgência". Contudo, ao meu juízo, o seu objeto perdeu a pertinência haja vista as alterações feitas na Lei Complementar nº 123, que regula o Regime Tributário do Simples Nacional, respectivamente, pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e pela Lei Complementar nº 155 de 2016.

Exame da Matéria



Dado o interesse e as controvérsias que a temática relativa ao Regime Tributário diferenciado do Simples suscitam, justifica-se uma breve explanação acerca do referido PL e de seu intuito, bem como de sua pertinência ou não à luz do princípio da isonomia, inscrito no inciso II do art. 150 da Constituição da República.

Com o fito de permitir a adesão de micro e pequenas empresas que tenham como atividade fim a produção jornalística, qual seja, a produção de textos de caráter jornalístico - tais como artigos de opinião, *press releases*, informes noticiosos, notas, comunicados, entrevistas etc -, bem como a produção literária, abrangendo a elaboração, revisão e edição de textos, o Projeto de Lei 291 de 2013 dá a seguinte redação para os incisos VII e VIII, do parágrafo 5º- C do art. 18, *in verbis*:

"O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V, desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o parágrafo 3º deste artigo, observando o disposto no parágrafo 15 do art. 3º."

"Parágrafo 5º-C: Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Sistema Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segunda a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:"

"VII - jornalismo

"VIII - produção literária, abrangendo a elaboração, revisão e edição de textos". ...

O autor do Projeto de Lei procurou incluir na vasta gama de atividades do setor de serviços, via de regra, atividades essas realizadas por micro e pequenas empresas, destinatárias, por óbvio, do Regime Tributário diferenciado - porque teoricamente mais favorável ao pequeno empreendedor -, profissionais que se enquadrariam nesse rol quando não atuam em grandes corporações (jornalismo e profissionais de produção literária). É importante ressaltar que, no caso em tela, a atividade "jornalismo" não se refere aos grandes grupos de comunicação, mas, sim a empresas individuais (MEI) ou sociedades de pequeno porte, cuja receita bruta anual não ultrapassa R\$ 360 mil (trezentos e sessenta mil reais), no caso de microempresa, e R\$ R\$ 4,8 milhões (quatro milhões e oitocentos mil), no caso de pequena empresa.



Vale dizer que, no momento da apresentação do projeto, em 2013, esta "vasta gama" (aspas minhas) de atividades exercidas por micro e pequenas empresas destinatárias do Simples Nacional já abrangia, entre muitas outras, agências de viagens, creches, estabelecimentos de ensino, agências terceirizadas dos correios, centros formadores de condutores de transportes terrestres, clínicas veterinárias, escritórios de arquitetura e urbanismo, produção cinematográfica, transporte municipal de passageiros, agências lotéricas, psicologia e psicanálise, clínicas de nutrição, serviços laboratoriais, corretagem de imóveis, serviços de instalações e de reparos de forma geral, fisioterapia, serviços de computação, contabilidade etc.

Em suma, aparentemente, a maior parte das atividades de serviços fazia *jus* ao Simples Nacional, à exceção de umas poucas, entre as quais as duas que seriam igualmente beneficiadas pela eventual aprovação do PL. Saliente-se que até os serviços advocatícios foram incluídos no Regime do Simples Nacional, mais tarde, por meio da Lei Complementar nº 147, de 2014.

Portanto, é irrecorrível reconhecer que o que o autor do projeto pretendeu fazer foi cessar uma injustiça, promovendo a isonomia, em respeito à Constituição, no que tange ao regime diferenciado. Como ele próprio adverte na sua Justificação do Projeto de Lei 291/2013, a vedação a essas duas atividades seria injusta e incongruente dentro do ordenamento jurídico pátrio, uma vez que o legislador constituinte originário "determina a imunidade tributária a livros, jornais e periódicos, conforme dispõe a alínea *d* do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal".

Com efeito, se jornais e editoras (em geral, grandes conglomerados, com robustas receitas) gozam de imunidade tributária, parece razoável que os profissionais dessas áreas, que se organizam em sociedades individuais ou em pequenas empresas para oferecer os seus serviços, sejam beneficiados por um regime tributário mais favorável ao empreendedorismo.

No entanto, o aspecto para o qual o autor do PL talvez não tenha se dado conta (ou preferiu ignorar) é que, para incluir duas atividades no regime, em respeito à Constituição e à coerência normativa, outras tantas que certamente permanecem de fora necessariamente também deveriam ser contempladas, do contrário, não se promoveria a isonomia e tampouco cessaria a injustiça e a incoerência sistêmica que ele alega pretender combater.

Face a legislação hoje em vigor, o problema, na verdade, é insolúvel. Ele está relacionado ao vício de origem na elaboração da sistemática do Regime diferenciado. Ao invés de ter como critério-base as receitas (o que seria claramente isonômico) auferidas por micros e das pequenas empresas, com tabelas diferenciadas em função desse critério, o modelo adotado para o Simples



Nacional estabelece um hibridismo que, além do critério "receitas", cria listas de segmentos econômicos contemplados e de exceções, gerando, como resultado, uma Legislação extremamente confusa, repleta de casuísmos, o que só dificulta a vida do contribuinte, em especial do pequeno empreendedor - o seu suposto beneficiário.

De qualquer forma, para efeito prático, o Projeto de Lei 291 de 2013 está superado uma vez que a sua motivação original - qual seja, o de permitir a adesão das atividades de jornalismo e de produção literária - foi atendida com a redação e as alterações feitas à Lei Complementar nº 123 pela Lei Complementar nº 155 de 2016, que, em seu art. 18, parágrafo 5º - I, inciso XII, prevê o Regime do Simples Nacional para "outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não (...)". Como se depreende desse dispositivo, as duas atividades já se encontram hoje efetivamente contempladas. Repito: ambas as atividades se enquadram em "atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural" e como tal, fazem jus ao regime diferenciado.

Contudo, isso não resolve uma questão muito mais grave e de repercussão geral para o contribuinte e para a sociedade, que diz respeito à péssima técnica adotada para o Regime do Simples Nacional. Estamos diante de mais uma lei tributária confusa e casuística, reflexo, sem dúvida, dos impulsos demagógicos que vêm pautando o trabalho do legislador pátrio nos últimos anos. A redação da Lei Complementar nº 123, a despeito de relativas melhoras introduzidas pela LC nº 155, é simplesmente caótica - uma "colcha de retalhos" a denotar o total desprezo de nosso Parlamento pelas melhores técnicas legislativas e de redação. Como se trata de legislação com vício de origem (e de diferenciar ramos de atividades para a adesão, ao invés de ter como critério-base apenas as receitas), as sucessivas emendas se avolumaram produzindo um texto de baixa qualidade.

Conclusão

O objeto do Projeto de Lei em epígrafe encontra-se prejudicado porque, no modesto entender deste relator, o seu intuito já foi atendido: as atividades de jornalismo e de produção literária, à luz das alterações introduzidas na LC nº 123 pela LC nº 155, não mais sofrem restrição para adesão ao Simples Nacional.

Neste sentido, o presente parecer é pela total rejeição do PL 291 de 2013, por perda de objeto.

Ao ensejo, face à confusão normativa em torno da matéria, cumpre salientar a urgência de se promover a edição não de novas alterações da Legislação referente ao Regime do Simples Nacional, visando à sua padronização e simplificação, mas, sim, de uma nova Lei que venha a regular esse regime tributário diferenciado, tendo como critério norteador

exclusivamente as receitas brutas auferidas, livre do hibridismo que selecionou e elegeu ramos do setor de serviços para receber o benefício, gerando disparidades e quebra de isonomia. Tarefa sobre a qual grupos de debates voltados para uma eventual Reforma Tributária devem, de forma irrecorrível, se debruçar.

Salvo melhor juízo, este é, respeitosamente, o meu parecer.

Rio de Janeiro, em 12 de Setembro de 2017.

Nilson Vieira Ferreira de Mello Jr.

